

Organização política e propaganda Nazista no Brasil (1930-1945):

O Nazismo tropicalizado

ANA MARIA DIETRICH

Muito foi escrito sobre o fenômeno do nazismo e do Partido Nazista alemão, mas a investigação deste partido no estrangeiro, seus fundamentos, regras e objetivos, ainda carece de pesquisa histórica. O Partido Nazista no exterior esteve presente em 83 países do mundo, com 29 mil integrantes. É intrigante saber que países com realidades e histórias tão distintas compartilharam deste ponto em comum: a presença do movimento organizado do nazismo por meio de um partido político e a disseminação da ideologia nazista nas décadas de 1930 e 1940.

As regras e os fundamentos surgidos na matriz da *Auslandsorganisation der NSDAP* - Organização do Partido Nazista no Exterior em Berlim¹ eram os mesmos, tanto na Áustria e na Polônia, que estiveram sob a influência direta do III Reich, quanto na África e na Ásia, caso do Japão, da China e de outros países espalhados em todos os continentes do mundo. Até em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, considerados nos anos de guerra como grandes inimigos do III Reich, os nazistas se movimentaram, fundaram seus jornais, expandiram pelos quatros ventos as suas idéias racistas e anti-semitas.

O que variava era a adaptação destas regras, o nível da aceitação do governo local e a expressividade do movimento. A proporção do movimento nazista era de acordo com o número de alemães presentes em cada país. Países que haviam recebido levas de imigrantes alemães tinham as cifras mais significativas. Na América do Sul, a presença foi expressiva e marcante em quase todos os países. Dentre eles, o Brasil, Argentina e Chile tiveram maior adesão de partidários.

No contexto de um partido organizado em nível mundial por meio de uma instituição que funcionava dentro da hierarquia do Partido Nazista alemão, é possível compreender melhor o caso “Brasil” – ou melhor, o *Landesgruppe* Brasil (grupo do país Brasil).

¹ No decorrer do trabalho, iremos chamar esta organização pela sua sigla: A.O.

Analisando primeiramente o funcionamento e regras da A. O., instituição que gerenciava os partidos nazistas no exterior, traçarei a história do grupo do Partido Nazista no Brasil.

O dado que mais me chamou a atenção, e é o ponto de partida desta análise, é que o Brasil era o país com o maior grupo de partidários dos 83 países do mundo, fora da Alemanha, com 2.900 integrantes. Que questões estão atrás deste número? O que o Brasil tem de especificidade e de semelhanças com relação aos demais países da América do Sul e do mundo? Neste contexto, o grupo do país Brasil chegou a ter uma importância e objetivos “especiais”?

A Era Vargas é comumente dividida em dois grandes momentos: o primeiro, que se inaugura com a Revolução de 1930 e o segundo, com a implementação do Estado Novo, em 1937. O Projeto de Nacionalização aliado com a Lei Monstro (Lei de Segurança Nacional) foram duas variáveis importantes neste governo que influenciaram diretamente no cotidiano da comunidade alemã.

Quanto a primeira variável, o governo brasileiro teria, durante o período de funcionamento do partido, “fechado os olhos” para as atividades partidárias. As relações amigáveis de Getúlio Vargas com Hitler interessavam prioritariamente pelas questões comerciais — leia-se tratados de exportação e importação, nos quais a Alemanha figurava como um importante comprador das matérias-primas brasileiras, em especial, o café e o algodão.

Quanto ao plano político, o treinamento de policiais brasileiros pela GESTAPO pode ser citado e no plano ideológico, a caça ao chamado “perigo vermelho” (comunismo) foram pontos de convergência na política de repressão dos dois países. Como maneira de otimização e mesmo como variável de negociação entre os dois países, foi possível ao Partido Nazista funcionar, de 1928 a 1938, oito anos durante a chamada Era Vargas (1930-1945). Só depois de uma década — quando a existência deste partido entrou em confronto com as diretrizes nacionais que proibiam atividades políticas estrangeiras e ao mesmo tempo, procuravam “nacionalizar” as minorias estrangeiras, intervindo em escolas, clubes, bancos e demais associações estrangeiras, proibindo o uso de outros idiomas em público —

o Partido Nazista se tornou alvo de investigação e controle e foi finalmente proibido em 1938².

Muito já se discutiu sobre os possíveis alinhamentos ideológicos do presidente Getúlio Vargas com o nazismo. O que fica, no entanto, explícito é que, durante a década de 30, houve interesses por detrás desta relação amigável entre os dois países. Qualquer ruído da ordem de “reprimir” o Partido Nazista estrangeiro poderia prejudicar tal relação³.

Assim, durante praticamente toda a década de 1930, os órgãos censores e repressores do Governo Vargas, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) responsável pela censura do país e o DEOPS (Departamento Especializado de Ordem Política e Social), a temida polícia política, passaram ao largo dos nazistas. Lembrando que, além do Partido Nazista, outros partidos e movimentos políticos participavam de um cenário de efervescência dos anos 1930 no Brasil. Movimentos como o anarquismo, trazido pelos imigrantes italianos, o comunismo, o integralismo e movimentos do operariado são alguns exemplos.

Nesta atmosfera de não-repressão que poderia ser caracterizada até como uma certa liberdade política, ou mesmo como uma simpatia com interesses comerciais, o movimento nazista se desenvolveu e expandiu no Brasil. O mesmo país que reprimia o Partido Comunista na “Intentona de 1935” e mandava todos os seus dirigentes para o julgamento do Tribunal de Segurança Nacional, assistia aos festejos do 1º de maio alemão em grandes estádios de futebol, com desfiles de bandeira da suástica, da chamada juventude hitlerista, coros de músicas alemãs e discursos de seus partidários. Há registros dos festejos no coração das grandes metrópoles brasileiras, a citar, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Santa Catarina e Recife⁴. Tais manifestações ultrapassavam o limite de meramente “culturais” ou “tradicionais” para se revestirem de um espírito ideológico marcado pelas teorias raciais, principalmente anti-semitas.

² Conforme meu trabalho de Mestrado que busca justamente datar esta repressão ao Partido Nazista em São Paulo, analisando os documentos da Polícia Política Paulista. DIETRICH, Ana Maria. Op. Cit, nota 4.

³ Idem.

⁴ *Jornal Deutscher Morgen*, 8/05/1936, *Jornal Deutscher Morgen*, 15/05/1936, *Periódico Deutscher Klub Pernambuco*, no. 71, 1936.

Conforme explícito no título deste trabalho, questiono se o grupo do Partido Nazista no Brasil foi *tropicalizado*, ou seja, até que ponto a realidade brasileira causou modificações em seu funcionamento e na forma e conteúdo de difusão das idéias nazistas. Verificarei se houve possíveis mudanças estruturais e/ou ideológicas no processo de adaptação ao Brasil. A realidade de nosso País determinou mudanças importantes ou o partido manteve o caráter sectário e de isolamento sendo divulgado somente entre a comunidade alemã, sem maiores conseqüências tanto para o lado dos partidários quanto para a sociedade brasileira? Quais foram suas estratégias e articulações com relação ao momento político em que o Brasil vivenciava? Teria o partido tentado fazer alianças com partidos locais ou acarretado ações contra minorias nacionais?

Seu principal alvo de atuação política — os judeus⁵ — teria se modificado para a grande população negra e mestiça do Brasil? Seria possível — do ponto de vista dos partidários — a convivência da chamada raça ariana com as supostas raças “inferiores” onde estariam alocados judeus imigrados, negros e brasileiros em geral residentes neste país tropical? Como se deram as manifestações de racismo destes partidários? As estruturas partidárias — leia-se — Juventude Hitlerista, Associação de Mulheres Nazistas, Frente de Trabalho Alemão sofreram mudanças em suas regras? O calendário de festividades nazistas foi modificado para a realidade brasileira?

Além de analisar a forma e intensidade da infiltração do partido, verei como o elemento “Brasil” e sua sociedade reagiram neste processo. O modo / a observação do olhar das autoridades nazistas à realidade brasileira em forma de relatórios de viagens, expedições ou de relatórios técnicos dos diplomatas alemães no Brasil também serão parte da análise desta questão. Por meio da análise da implementação de associações partidárias, propaganda e estrutura do partido (funções e hierarquias), verificarei até que ponto o processo de “transplante” organizacional modificou os princípios e ordens do Partido Nazista original.

⁵ Outros alvos eram os comunistas e demais opositores políticos, testemunhas de jeová, ciganos, doentes mentais e incuráveis, ladrões e homossexuais. Cf. LENHARO, Alcir. *Nazismo, o Triunfo da Vontade*. São Paulo, Editora Ática, 1995, p. 74-80.

A partir da análise destes “amoldamentos”, investiguei a profundidade do que passo a conceituar como um possível processo de *tropicalização do nazismo*. O conceito de tropical neste estudo abrange símbolos do imaginário social, agregados a conceitos geográficos e de territorialidade. Segundo Marilena Chauí, a imagem do “paraíso tropical” é um mito fundador do Brasil enquanto nação; perpetuado até hoje em diversos discursos literários, sociais e musicais. Formulações como “Deus é brasileiro” fazem parte deste mito, que exclui a idéia de violência da sociedade brasileira⁶. A representação do Brasil associada ao paraíso tropical, divulgada desde a chegada dos portugueses ao Brasil, atraiu muitos imigrantes alemães, que deixaram a Europa principalmente para desenvolver atividades agrárias. Muitos destes aderiram posteriormente ao Partido Nazista. A diversidade racial brasileira ia de confronto aos fundamentos da raça pura difundidos pelo III Reich, o que fez com que o paraíso tropical se desmanchasse e se estabelecesse uma espécie de “inferno” racial em seu lugar. Tais conflitos, ocasionados, em um primeiro momento, por um choque de raças e estranhamentos culturais, serão objetos centrais deste estudo. A todo o momento, será feita uma comparação entre o modelo proposto para os grupos partidários no exterior e as adaptações do caso brasileiro.

No caso do nazismo, os imigrantes alemães traziam na bagagem uma certa lógica que entrava em confronto com a lógica brasileira. Havia então um processo de negociação que gravitava entre os pólos da flexibilidade e da resistência. Flexibilidade, se levarmos em conta que o partido se instalou e funcionou durante 10 anos no Brasil, atuando em 17 estados brasileiros, com 2.900 integrantes. Também em função das “boas relações de amizade” entre os dois governos, alemão e brasileiro, que resultou na assinatura de diversos tratados comerciais e na esfera política, da caça aos comunistas.

Resistência, a partir do momento em que foi proibido e os alemães, independentemente de serem adeptos do nazismo, foram controlados, junto a outras minorias estrangeiras. Em um contexto de busca de uma identidade nacional, a difusão

⁶ CHAUI, Marilena. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

destas idéias ajudava a estigmatizar a figura do imigrante como “perigoso à segurança da nação”.

A sociedade brasileira, na qual as idéias nazistas seriam disseminadas, favorecia uma química singular, que poderia ser caracterizada até, em um primeiro momento, como uma mistura ideológica. Esta química é o que chamo aqui de “tropicalização do nazismo”, que seria a ideologia nazista “vestida” sob a roupa do contexto histórico brasileiro. O nazismo se torna senão original, diferente do difundida no III Reich.

O nazismo *tropicalizado* não se configurou – e nem poderia – como uma cópia fiel do nazismo alemão, uma vez que não se encontrava na realidade brasileira muitos dos elementos de uma sociedade totalitária, como a militarização da população, o contexto de guerra, o sentimento de humilhação pós-Tratado de Versalhes e uma legislação de caráter anti-semita. Ao mesmo tempo, ele se deparava com outros elementos não existentes na sociedade alemã, caso, por exemplo, da grande população caracterizada pelos teóricos racistas como mestiça e de origem negra e indígena, grupos classificados como raças inferiores. Estes grupos eram vistos como uma ameaça à pureza racial germânica e os alemães “puros” eram constantemente alertados a não se misturar com eles.

Ainda vamos analisar outros elementos do nazismo *tropicalizado*, por exemplo, a existência do integralismo, corrente que se assemelha ideologicamente ao nazismo e que atraiu, pelo seu conteúdo ideológico, muitos alemães e descendentes. Outro elemento foi a presença de uma grande massa de teuto-brasileiros (descendentes de alemães) concentrados em uma região específica do Brasil, a região Sul. Em alemão, chamados de *Deutschbrasilianer* (alemães-brasileiros), formam uma nova categoria dentro de uma maior *Auslandsdeutsch* (alemães estrangeiros). Os teutos se encontrariam em um nível inferior aos alemães puros, mas ainda assim interessavam ao Reich.

Alguns fatores, como por exemplo, a distância geográfica⁷, favoreceram a idealização dos eventos e as formas diferenciadas de recepção do discurso nazista. Por exemplo, apesar de o jornal *Deutscher Morgen* publicar muitos artigos anti-semitas e

⁷ BREPOHL, Marionilde Dias, *Alemanha, mãe-pátria distante: utopia pangermanista no sul do Brasil*. Campinas: UNICAMP (tese de doutorado), 1993.

possuir uma coluna exclusivamente dedicada a este assunto⁸, o alvo era sempre o judeu “de lá”, ou seja, o judeu que estava na Alemanha. Poucos artigos se pronunciavam contra o judeu refugiado do nazismo no Brasil ou ao judeu morador do Brasil. Era antes um anti-semitismo idealizado, que prático.

Chamou-me a atenção como seria a organização de um partido disseminador de uma ideologia racialmente sectária em um país que tem a presença de povos com grande multiplicidade étnica e cultural. Investigarei se houve conflitos de ordem “racial” e como eles foram trabalhados no interior do partido e se, na esfera internacional, houve conseqüências nas relações entre os dois países, Brasil e Alemanha.

Esta questão é vista a partir da discussão sobre raça vigente na época. Um dos pilares da ideologia nazista era o racismo. Segundo a visão dos nazistas na década de 1930, havia a raça ariana, à qual pertenceria o alemão. Em contraposição, havia as raças inferiores (*Untermensch*) e não-raças (*Unmensch*). Os povos indígenas, negros e mestiços, habitantes da América Latina pertenceriam às raças inferiores e por isto não deveriam ser “misturados” com os arianos. Segundo Adolf Hitler, o cruzamento de raças acarretaria em um rebaixamento do nível da raça mais forte e a um regresso físico e intelectual⁹.

A miscigenação e a idéia do nosso País enquanto “laboratório racial” também chamou a atenção desses teóricos. Miscigenação significava degeneração. Os estereótipos do Brasil, enquanto um país belo e gigante, com uma natureza exótica, mas com tipos humanos diferentes da “civilização européia” perdurou até os anos 30, quando os nazistas culpavam as dificuldades de adaptação ao Brasil a elementos raciais.

No contexto das teorias de eugenia – tanto as vigentes na Europa quanto no Brasil, cabe ressaltar dois aspectos fundamentados na visão do “outro”: de como o alemão via o brasileiro e de como o brasileiro reagia a esta visão. O primeiro é que os nazistas que se encontravam em nosso País consideravam a população brasileira como inferior pelo seu

⁸ *Deutscher Morgen*, jun. 1935, p. 15.

⁹ HITLER, Adolf. *Minha Luta*, São Paulo: Editora Mestre Jou, 1962, p. 186.

caráter mestiço e a descreviam por metáforas pejorativas como “macacos”. Do lado institucional, houve a proibição de casamentos mestiços pelo partido.

Em outra instância, dentro da comunidade alemã, desenvolveu-se uma outra ordem de conflitos: entre os descendentes de alemães (os *Volksdeutsche*) e os alemães de nascimento (*Reichsdeutsche*) que se viam com desigualdade. Os fatores de diferenciação variavam entre a idade de seus integrantes (os *Reichsdeutsche* eram geralmente mais jovens), data de imigração (os *Reichsdeutsche* haviam imigrado recentemente) e língua (os *Reichsdeutsche* consideravam que os *Volksdeutsche* não falavam o alemão puro)

O segundo aspecto é que houve linhas de resistência dos brasileiros a este pensamento de superioridade dos alemães, representada tanto pelos intelectuais brasileiros, quanto pela própria população que reagia com ironia e escárnio a este pensamento. Em anedotas, vários artigos de jornais brasileiros criticavam o chefe do Estado alemão, Adolf Hitler, sua política racial e a pureza da raça ariana.

Se, por um lado, os alemães eram modelo por serem considerados “brancos e civilizados”, sua imagem passou a ser associada, principalmente a partir do final dos anos 1930, também por influência do pan-americanismo, como perigo (o Quinta-Coluna).

Da parte da intelectualidade brasileira, autores do evolucionismo social, como Silvio Romero, apesar de defender o branqueamento da raça com a colaboração dos imigrantes europeus, via vários aspectos negativos na presença de alemães no Brasil. Eles se concentravam em uma região específica do país, o Sul e falavam sua língua de origem, além de terem imigrado de uma maneira desordenada ao Brasil. Tais aspectos poderiam ocasionar conflitos políticos regionais cujo maior perigo seria criar no Sul do Brasil uma colônia alemã independente¹⁰. A solução encontrada por Romero é que os alemães se espalhassem pelo Brasil e, junto a imigrantes portugueses que garantiriam a unidade lingüística, fariam no Brasil uma nova população¹¹.

¹⁰ BREPOHL, Marionilde, Op. Cit. nota 36, p. 59.

¹¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz, “As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro”. In Raça e Diversidade, Op. Cit. nota 32, p. 174.